

# Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Reitoria



**Sessão Solene do Egrégio Conselho Universitário  
no qual será outorgado o  
Título de Professor Emérito ao  
Prof. Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley**

## PROFESSOR EMÉRITO

Luiz Eduardo W. Wanderley

Cumprimento, na pessoa da Magnífica Reitora, as/os participantes presentes nesta sessão solene.

Sinto-me honrado com o título de Professor Emérito. Agradeço a indicação, feita pelo então Departamento de Sociologia à Faculdade de Ciências Sociais, e a aprovação deste Egrégio Conselho Universitário. Em especial, agradeço à Magnífica Reitora, por quem tenho grande apreço.

O objetivo desta apresentação é enfatizar elementos fundantes de minha presença na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, durante 46 anos.

Início relembro a primeira escolha de minha formação profissional: ser um advogado competente, que colaborasse com a família – avós, pais, irmãos – em suas necessidades. Com esse objetivo, fiz o curso de Direito na Faculdade São Francisco (USP), na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, conheci uma religião libertadora e optei por ela, por meio da Juventude Universitária Católica - JUC.

Terminada essa etapa, mudei-me para a cidade do Rio de Janeiro, para trabalhar no Movimento de Educação de Base - MEB, com sede naquela cidade. Concomitantemente, participei da Ação Católica Especializada.

Em minha trajetória, escrevi alguns livros que apontam para reflexões firmadas no campo da Educação, no qual trabalhei viajando pelo Nordeste, centrado no Rio de Janeiro. As reflexões sobre os conceitos teóricos e os contatos com setores expressivos na região Nordeste mudaram minhas concepções de vida profissional e acadêmica: passei da esfera do Direito para a das Ciências Sociais, com ênfase na Sociologia.

Fiz, então, o mestrado, o doutorado e a livre docência na Universidade de São Paulo e realizei o pós-doutorado na École de Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. As Ciências Sociais foram a estratégia selecionada para os 46 anos de vida acadêmica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Fui contratado para trabalhar como professor na PUC-SP em 1973, na área das Ciências Sociais, na Faculdade de Ciências Sociais, ministrando aulas na graduação e na pós-graduação. Nessa condição, participei de eventos acadêmicos não só nesta Universidade, mas também em diversas outras no país e em países da América Latina e da Europa.

Nos meus cursos, trabalhei com importantes temas da Sociologia. Abordei, além de temas acadêmicos e científicos, questões vinculadas à Igreja Popular; à educação popular; aos movimentos sociais; à democracia; a uma universidade autônoma, igualitária, participativa. Optei por duas disciplinas: uma sobre Estado e Sociedade Civil e outra sobre Modernidade, Pós-Modernidade e Utopia.

Um momento auspicioso em minha trajetória acadêmica foi ter sido Reitor desta Universidade no período de 1984 a 1988. Na comunicação com professores, estudantes e funcionários, procurei concretizar os elementos citados. Entre eles, destaco a participação democrática, o diálogo constante, a seleção de itens relevantes para a construção de uma universidade fecunda. Além da participação colaboradora dos membros da Reitoria, saliento o relacionamento entre a PUC-SP e a Fundação São Paulo naquele período, especialmente com o Grão Chanceler Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns.

Nessa trajetória, faço referência a algumas publicações. Nos livros selecionados (em que os conceitos estão mais explícitos, mas é importante lembrar o que pode ser analisado em obras gerais, tais como artigos e publicações específicas), resalto os que trouxeram contribuições para a educação transformadora, a democracia, a educação popular, a Igreja Popular.

No livro *O que é Universidade*, de 1983, analiso a instituição como um lugar privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, bem como para criar e divulgar o saber e suas finalidades básicas centradas no ensino, na pesquisa e na extensão. Nessa ótica, a universidade deve ter ampla autonomia para cumprir suas finalidades, garantindo o pluralismo de ideias e a liberdade de pensamento. Sabe-se que suas relações com a Sociedade Civil e a Sociedade Política são diversificadas, com variações próprias em cada país. Em quase todos os projetos latino-americanos de reforma universitária, a constatação é a de que estes têm sido geralmente parciais, limitados e experimentais por causas diversas: objetivos ambiciosos; inadequação à realidade; postura legiferante de privilegiamento de aspectos administrativos e funcionais, em detrimento de aspectos substantivos de conteúdo; ausência de convicção dos reformadores; ausência de consenso dentro das universidades; pressões e resistências de pessoas e grupos contrários a reformas e inovações, entre outras. Contudo, em diversos casos, as reformas foram substantivas e as contribuições das universidades foram valiosas para as sociedades em geral e para projetos localizados, com influências positivas. Nesse sentido, a PUC-SP, por suas iniciativas, teve repercussões fecundas nas Instituições de Ensino Superior em geral e mesmo na opinião pública.

O livro *Educar para Transformar – Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base*, de 1984 decorre de minha tese de doutorado. Nele,

tenho como principal objetivo investigar o Movimento de Educação de Base - MEB e suas relações com a caminhada por uma Igreja Popular. Na busca do conceito de *educação de base*, analiso as seguintes concepções: é uma educação de classe – exige uma consciência dos interesses das classes populares; é histórica – depende do avanço das forças produtivas; é política – conjuga-se com outras dimensões da luta global das classes populares; é transformadora e libertadora – luta por mudanças qualitativas e reformas estruturais (reformas não reformistas); é democrática – antiautoritária, antimassificadora, antielitista; relaciona a teoria com a prática; relaciona a educação com o trabalho; objetiva a realização de um poder popular.

Nesse trabalho, contemplo três dimensões educativas: conscientização, politização e animação popular. Outros temas analisados são também imprescindíveis: a realidade brasileira e suas tendências gerais; a estrutura interna do MEB; suas relações com a Igreja Católica, com grupos e instituições de alfabetização e cultura popular; sua concepção de educação de base e de desenvolvimento de comunidade; o processo de sindicalização rural. Saliento a análise dos monitores como agentes educativos, aos quais foram expostas as dimensões das concepções de mundo e de educação específicas do Movimento: cultura e cultura popular, pessoa e povo. Para encerrar, trato das relações internas e externas do MEB e de conflitos e reações engendrados por suas práticas.

O livro *Democracia e Igreja Popular*, de 2007, resulta de uma extensa pesquisa que tem como veio analítico a democracia, tanto a encaminhada, nos processos socioeconômico, político e cultural desenvolvidos na América Latina em geral e no Brasil em particular, quanto a delineada no interior da Igreja Católica. Ele se fixa na análise da denominada *Igreja Popular*, *Igreja do Povo*, *Igreja dos Pobres*, *Igreja do Povo de Deus*, com ressonâncias vindas do Vaticano II. Na concepção de Leonardo Boff, a Igreja Popular centra-se “na rede de comunidades de base no meio dos setores populares e nas maiorias pobres, à margem do poder e dos meios de comunicação, vivendo mais profundamente as relações horizontais da fraternidade e da corresponsabilidade”. No universo escolhido, vigora a opção de “democracia de base”, “democracia a partir das bases”, na qual o povo tem um lugar privilegiado. Enfoco, ainda, as concepções de pastoral popular e pastoral de massas. Nas mediações socioanalíticas, hermenêuticas e pastorais, destaco a Teologia da Libertação na cosmovisão dos cristãos, com acento na libertação integral e regional, bem como na modernidade. Na concepção da Igreja popular, realço as reações favoráveis e discordantes à Teologia da Libertação, tanto na Instituição quanto em outros setores sociais.

Entre os objetivos da pesquisa, analiso a *Comissão Pastoral da Terra - CPT*, com acento na defesa da democracia real; na renovação da Igreja como Igreja- serviço; na reforma agrária como solução econômica, social e política, com foco na solidariedade com os

trabalhadores na luta pela terra; na enorme omissão dos governos ao protagonismo das mulheres. O estudo propiciou meios de formação e informação aos trabalhadores rurais e também a necessária solidariedade internacional.

Outra proposta abrangente analisada no trabalho é a das *Comunidades Eclesiais de Base - CEBs*, denunciando a realidade injusta, opressora e desigual do capitalismo vigente e sugerindo uma nova sociedade, mais igualitária, sem exploração e dominação, supressora do lucro. A opção para uma nova sociedade utópica baseia-se em uma sociedade identificada com o Reino de Deus, começada/querida/sonhada por Cristo-Deus.

Por fim, analiso o *Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular - CESEEP*, uma entidade que objetiva basicamente a formação de lideranças e militantes populares, de âmbito latino-americano e de natureza ecumênica. Um de seus focos é o Curso de Verão anual, realizado na PUC-SP no mês de janeiro, há mais de 30 anos. Os participantes são constituídos, em maioria, por mulheres, com o crescimento gradativo do número de homens e jovens, formado por leigos e leigas. Para cada curso, prepara-se uma publicação, em forma de livro, com um tema central. Nas publicações e eventos, revela-se, entre seus condicionantes, o uso polêmico da ferramenta marxista e do socialismo.

Com acento na *democracia*, é importante registrar as contribuições da PUC-SP, de crítica ao período de ditadura, com manifestações, principalmente dos estudantes, o que gerou a intervenção de militares, incluindo sua retirada do campus por um momento e o acompanhamento posterior de alguns dirigentes. A crítica, nos últimos anos, tem sido a demonstração de combate à democracia por parte de setores políticos contra a esquerda e defesa da direita. Setores das IES, e da PUC-SP em particular, com manifestações nos cursos e na opinião pública (na mídia e outros meios), procuram demonstrar a crise da democracia liberal e seus impactos negativos, expandindo as desigualdades e forjando o autoritarismo.

Com relação aos projetos de sociedade, demarca-se a discussão sobre a opção estratégica pelo socialismo. Com base nas experiências da América Latina dos Cristãos para o Socialismo, de Sacerdotes do Terceiro Mundo e da Ação Popular no Brasil, que contaram com uma participação ativa dos cristãos, a reflexão abarca os porquês dessa opção, as incompreensões sobre o seu significado, alguns dilemas envolvidos, as razões pelas quais seus defensores supervalorizaram os modelos praticados em certos países e não fizeram as críticas imperativas sobre aquela realidade que, com o colapso da União Soviética e do Leste Europeu, demonstrou a sua enorme precariedade.

À guisa de síntese das questões teóricas de fundo por mim analisadas durante todos esses anos, cito: a) os limites e as possibilidades concretas das práticas educativas em suas articulações com a prática política; b) a falta de correspondência entre a rapidez imprimida à conquista da hegemonia pelos setores vinculados aos interesses das classes populares emergentes e a inexistência de um projeto e conduto político que a concretizasse; c) as práticas sócio-educativo-políticas de um determinado grupo de cristãos, em uma dada conjuntura da Igreja Católica, em âmbitos nacional e mundial; d) a educação de base sendo progressivamente redefinida a partir das práticas educativas executadas, aproximando-se de uma concepção de educação popular; e) certas características metodológicas e de comunicação com o povo, que permitiram um especial equilíbrio entre teoria e prática; f) uma visão da pessoa do camponês como cidadão, capaz de autopromover-se e tornar-se sujeito crítico e responsável e do povo como agente de transformação; g) as atividades teórico-práticas nas comunidades, que propiciaram elementos concretos para a construção de uma democracia de base; h) o desenvolvimento de comunidades, em crescente conscientização e organização, que expressam a superação do tradicionalismo, a negação do capitalismo e a antecipação histórica na construção da nova sociedade; i) a escola como centro da comunidade, extrapolando o âmbito meramente educativo e sendo assumida pelas lideranças treinadas; j) as condições segundo as quais agentes não-pertencentes às classes fundamentais do modo de produção capitalista puderam tendencialmente se transformar em intelectuais orgânicos das classes subalternas; k) as técnicas pedagógicas, com conteúdos teóricos diferentes, aplicadas por educadores com outra visão de mundo, produzindo consequências opostas – assim aconteceu com o governo no pós-64; l) a atuação sindical rural, sem os vícios do sindicalismo tradicional atrelado ao governo, gerando efeitos conscientizadores, mobilizadores e organizadores no campo e propiciando mudanças significativas nas relações políticas, jurídicas e de trabalho; m) os conflitos originados de práticas sócio-educativo-políticas consequentes, que produzem resultados positivos na dinâmica interna de uma instituição (foi o que aconteceu profundamente no MEB).

No livro *Educação Popular – metamorfoses e veredas*, de 2010, sublinho as noções da democracia pulsante. Na literatura em geral, colocam-se os significados da *democracia político-institucional*, fundada na democracia liberal-representativa, como um avanço no modelo ocidental. Nela, irrompem sinais de uma cidadania e democracia globais. Na *democracia econômica*, objetiva-se que todos tenham acesso e usufruto dos bens produzidos. Na *democracia social*, apesar do fosso entre as classes dominantes e as classes dominadas, as lutas contra as desigualdades atingem níveis valiosos: redes e fóruns, conselhos de representantes, movimentos, projetos de inclusão social. Na *democracia cultural*, os dados de vários países mostram a dominação de uma cultura por outra, a subordinação, o desprezo, o desrespeito como algo abissal. Em sentido contrário, aparecem facetas que buscam o diálogo ético e assumido, além de sinais

e práticas que apontam para uma reconstrução democrática nessa dimensão; o respeito à diferença em um efetivo multiculturalismo e atividades de inculturação; a busca de um efetivo ecumenismo, de macroecumenismo, de diálogo inter-religioso; o respeito e a valorização das culturas populares. Essa concepção foi divulgada por mim especificamente na PUC-SP, em outras universidades e em eventos de associações e movimentos sociais.

No último livro, organizado por mim e pelo Professor Arlindo M. Esteves em 2019, intitulado *Utopia, Ética, Religião: a construção de um novo mundo*, expõem-se várias significações do tema utopia. Szachi apresenta uma classificação da diversidade das utopias: escapistas e heroicas, de tempo, de lugar, de ordem eterna, monásticas, negativas, de política. Concordo que sem utopia não há progresso, movimento, ação; ela é o “inédito viável” (Paulo Freire), uma antecipação. Para se opor à *globalização hegemônica* hoje dominante – concretizada no domínio do mercado e do capital financeiro, em empresas multinacionais, em inovações tecnológicas –, propagada por instituições dominantes como Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional e por eventos como Acordo Multilateral de Investimento e Fórum Econômico Mundial de Davos, no geral criadores de crises em todos os continentes e basicamente nos chamados “países emergentes”, irrompe a *globalização contra-hegemônica*, com sugestões concretas e utópicas: movimentos sociais de mulheres, negros e indígenas; movimentos ecológicos e de direitos humanos, em paralelo a ONGs, conselhos, associações e grupos políticos, propondo uma governança regional e global, uma nova cidadania, uma democratização de visibilidade social, controle social, cultura política.

Em minha produção científica, evidencio o relacionamento entre a religião cristã e a realidade econômica, política, social e cultural. Setores progressistas apoiam o Estado laico, o diálogo entre secularização e religiosidade, com interrogações e ideias brilhantes, como no Concílio Vaticano II, sustentando a globalização contra-hegemônica. Como citado anteriormente, nesse campo surge a Igreja Popular, com as contribuições dos Movimentos Sociais, da CPT, das CEBs.

Destaco uma conceituação, por mim elaborada, que suscita reflexões sobre modelos conceituais e formatos institucionais, antigos e novos. Trato do *público não-estatal*, sua aplicabilidade entre Estado e Sociedade Civil, com reconhecimento de alguns atributos. O primeiro é a *Universalidade*, que objetiva o atendimento de toda a população de uma nação, a ser efetivado nas políticas públicas (de desenvolvimento, de gestão, de educação, de trabalho, de saúde etc.). No caso puquiano, podem ser envolvidas várias alternativas: cursos gratuitos, mensalidades diferenciadas para os distintos cursos, distribuição equilibrada de bolsas, serviços em escolas e bairros, entre outras. O segundo é a *Visibilidade*, que supõe transparência nas ações governamentais e dos

distintos atores sociais; publicidade e fidedignidade das informações que orientam as deliberações. O mesmo deve acontecer no espaço universitário, nos segmentos de docentes, discentes, funcionários. O terceiro é o *Controle social*, que significa acesso de instâncias governamentais e da Sociedade Civil ao controle de regras e aplicação de recursos, com fiscalização competente. No geral, é preciso perfazer as práticas dos colegiados e das associações, bem como medidas de avaliação institucional continuada. O quarto é a *Cultura pública*: é preciso resgatar nas universidades seu significado de centro da cultura; tomar conhecimento e valorizar todas as formas culturais (cultura acadêmica, popular, artística, de massa, senso comum etc.). Na PUC-SP, importa resgatar seu significado histórico de centro de cultura e perseguir novos caminhos, superando-se uma convivência nem sempre harmoniosa. O quinto é a *Democratização*, com origem na cultura cívica, que requer meios adequados de construção da cidadania; mecanismos de participação; sistemas de representação; diálogo voltado para a compatibilização de conflito e consenso e para a distinção de democracia política, econômica e social. O sexto é a *Sustentabilidade*, que remete a um processo constante de reprodução institucional, a um equilíbrio entre objetivos e orçamento. Dificuldades extremas advindas de vários setores governamentais demandam análises de fontes de recursos, privadas e públicas; estudo de parcerias, nacionais e internacionais. O sétimo e último é o *Compromisso social*, que se concretiza no ensino, na pesquisa e na extensão; que requer conhecimentos críticos e saberes sobre a realidade; que propicia a formação de profissionais e homens de cultura, humanistas e atores do desenvolvimento sustentável; que viabiliza a prestação de serviços principalmente aos setores sociais mais vulneráveis.

Pouquíssimas IES atingiram o patamar mínimo para serem reconhecidas como públicas não-estatais, como é o caso da PUC-SP, que segue sendo uma Universidade reconhecida pela sua qualidade, entre as melhores no Brasil.

Foram quase cinco décadas de presença constante e ativa nesta nossa PUC-SP. Nos últimos anos em que estive na Universidade, com a intuição e participação da Reitora, Profa. Dra. Maria Amalia Andery, tive a possibilidade de vivenciar um contrato especial de professor sênior. Nesse período, diminuí minhas atividades acadêmicas e pude encerrá-las com a apresentação do livro *Utopia, Ética e Religião: a construção de um novo mundo*, já citado. Acredito ser esta uma opção que poderia se estender a outros docentes desta Universidade, como uma política, de modo a permitir a renovação de quadros acadêmicos pela inserção de jovens docentes.

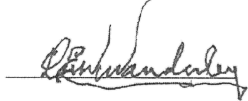
Aposentado desde 2020, estou elaborando duas publicações. A primeira sobre a história da PUC-SP; a segunda sobre os movimentos sociais populares: irrupção e desafios.



A possibilidade da construção de um outro mundo tem sido por mim perseguida e divulgada como uma utopia realista. E assim seguirei, com minha esposa (Mariangela Belfiore Wanderley), que também tem contribuído para a realização desta utopia.

Muito obrigado.

São Paulo, 18 de agosto de 2022



Prof. Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley